



A inserção da jornalista negra nos meios de comunicação da Baixada Santista¹

Carolina Ferreira dos SANTOS²
Vera Lúcia Oscar Alves da SILVA³
Elys Paula Santiago da COSTA⁴
Prof.^o. Dr. Adeldo Rodrigues GONÇALVES⁵
Centro Universitário Monte Serrat, Santos, SP

RESUMO

Este trabalho elaborado em forma de uma grande reportagem e apresentado em formato de revista analisou a inserção da jornalista negra nos meios de comunicação da Baixada. Para tanto, foi realizada pesquisa quantitativa nos principais veículos de comunicação da região com o objetivo de conhecer o número de jornalistas negras atuando nas redações e que cargos elas ocupam. Constatou-se que nesses jornais e emissoras de TV e rádio trabalham 200 jornalistas, sendo 100 mulheres e destas, apenas seis são negras, nenhuma delas ocupando cargo de chefia. Entrevistas com especialistas em questões raciais, jornalistas negras, uma historiadora e textos históricos fundamentam o trabalho. É a primeira vez que uma pesquisa como esta é feita na Baixada Santista. Não se tem conhecimento de que já se tenha feito pesquisa semelhante sobre a mulher negra nos meios de comunicação em outras partes do País.

PALAVRAS-CHAVE: jornalista negra; meios de comunicação; gênero; inserção social

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, uma grande reportagem em formato de revista, tem por tema a inserção da jornalista negra nos meios de comunicação da Baixada Santista.

Partindo-se do princípio da existência da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, de acordo com a Constituição Federal e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), supõe-se que os postos são ocupados por profissionais, independente de raça e sexo. E que essas pessoas recebem salários iguais no exercício das mesmas funções.

No entanto, não é isso o que ocorre no País, infelizmente. Percebe-se claramente o não cumprimento desses preceitos, quando se verifica o predomínio de determinado sexo,

¹ Trabalho submetido ao XIX Expocom, na categoria B Jornalismo, modalidade processo, como representante da Região Sudeste.

² Aluno líder do grupo - Curso de Jornalismo da UNIMONTE, e-mail: carolferreira7@yahoo.com.br.

³ Estudante - Curso do Jornalismo de UNIMONTE, e-mail: veoscar2006@yahoo.com.br.

⁴ Estudante - Curso de Jornalismo da UNIMONTE, e-mail: elyssantiago1@hotmail.com.

⁵ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da UNIMONTE, e-mail: marilizadelto@uol.com.br.



assim como o de determinada raça no exercício de várias profissões ou funções, principalmente naquelas de maior prestígio social e de salários mais elevados.

Nesse contexto, a mulher negra é atingida não só pela discriminação de gênero como racial, acabando por se tornar maioria nos postos e funções de menor prestígio social. Dessa maneira, é desfavorecida com menores salários, raramente chegando ao topo da pirâmide profissional e social no Brasil.

Esta pesquisa é justificada por várias razões: inicialmente, pela invisibilidade do problema, ou seja, não se percebe a predominância de determinado grupo no exercício das profissões. Portanto, não se percebe que caiba às mulheres negras exercerem as profissões mais humildes e estarem ausentes dos espaços de decisão ou formadores de opinião, como é o caso da mídia. A crença de que não existem diferenças raciais e sexuais no mundo do trabalho dá-se, principalmente, pela escassez de estudos sobre as profissionais negras. Foi para chamar a atenção para essa questão e ao mesmo verificar o processo de inclusão ou exclusão das jornalistas negras na Baixada, que este trabalho foi desenvolvido.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram considerados os estudos a respeito da definição de raça no ser humano, no transcorrer da História. Além do mais, no estudo em questão, não foi levado em conta o conceito biológico de raça, e sim o fenótipo, que é a forma utilizada no Brasil, para classificar as pessoas quanto ao grupo racial a que pertencem.

Foram consideradas também as diferenças entre as participações dos homens e mulheres brancos e dos homens e mulheres negros na formação do povo brasileiro. É o fator fundamental dessa diferença, já que foram mais de 300 anos de escravização do negro no País.

Outro fator importante levado em conta, para o êxito deste estudo, foi a trajetória da mulher brasileira, em particular, suas conquistas no mundo do trabalho, e de que formas essas conquistas foram assimiladas por brancas e negras.

2 OBJETIVO

Como este trabalho trata de um tema que ainda não foi abordado por pesquisadores ou jornalistas, espera-se que tanto a pesquisa realizada nos principais veículos de comunicação da Baixada Santista como a grande reportagem, publicada em formato de revista, sirvam para informar a sociedade sobre a situação da mulher negra no mercado de trabalho, especialmente na área de Jornalismo, tema deste trabalho.



É também objetivo deste trabalho servir como projeto-piloto para a publicação de um livro em que o estudo desse problema possa ser aprofundado. Pretende-se ainda que o resultado do estudo venha a subsidiar órgãos públicos e organizações não-governamentais (ONGs) na formulação de políticas de promoção da igualdade racial e de gênero.

Com a conclusão deste trabalho, o grupo conseguiu aprofundar o conteúdo aprendido nos quatro anos de curso, mas busca também sensibilizar os profissionais da área quanto à importância e responsabilidade de tratar temas sociais, valores essenciais na formação de jornalistas.

Com a pesquisa quantitativa realizada nos principais veículos de comunicação da Baixada Santista, o grupo aprendeu a coletar e analisar dados de forma mais profunda, própria de pesquisadores sociais. Com a diagramação da revista em que a grande reportagem foi publicada, o grupo aprofundou seu conhecimento ao montar um projeto gráfico arrojado que corresponde ao tema abordado e ao público-alvo do veículo.

Por fim, com o trabalho de edição, as integrantes deste grupo avançaram no conhecimento e distribuição das informações num veículo de comunicação, que levará o leitor a compreender com clareza o conteúdo e a proposta da revista. Principalmente, acredita-se que este trabalho servirá como ferramenta na luta contra a discriminação e o racismo no País.

3 JUSTIFICATIVA

A maior dificuldade para a elaboração deste trabalho deu-se justamente pela carência de estudos sobre o tema, que pudessem embasar as pesquisas e ajudar a documentar a inserção da profissional de jornalismo negra no mercado de trabalho na Baixada Santista.

Para que o objetivo desse estudo fosse alcançado, foi necessário conhecer como se deu a vinda dos negros para o Brasil e sua trajetória como povo escravizado. Além disso, este trabalho também aborda suas lutas pela libertação, as reações a essas lutas e o resultado de toda essa caminhada, que é situação em que se encontram homens e mulheres negros nos dias atuais.

No entanto, reconstruir a trajetória de brancos e negros na composição do povo brasileiro não é tarefa fácil, principalmente pelo fato de existir nos arquivos públicos apenas registros dos brancos.



A inserção da mulher no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, a inserção da população negra nesse mesmo mercado são outros aspectos abordados neste trabalho. Essas abordagens paralelas se justificam pelo fato de que, na medida em que as mulheres foram conquistando espaços, foi-se percebendo que as mulheres negras estavam ficando à margem dessas conquistas.

Para falar da mulher negra, deve-se lembrar a dificuldade de definição por parte da própria população e dos órgãos de pesquisa sobre quem vem a ser negro. Como observa Hélio Santos em *A busca de um caminho para o Brasil*, conhecer a realidade étnica e racial é de fundamental importância para deciframos um país sofisticadamente dissimulado como o Brasil:

“Há quem seja só 50% negro; 75%; e outros ainda 25%, isto é, apenas $\frac{1}{4}$ negro. Agora 100% negro, mesmo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), só haveria míseros 5%”.
(SANTOS, 2001, p.19).

Os três séculos e meio de trabalhos forçados infligidos aos negros não eram levados em conta na hora de explicar as diferenças sociais existentes entre afrodescendentes e brancos. De certa forma, apesar de se pregar a não existência de racismo no Brasil, ao se ignorar o período de escravidão, continuava-se a dizer, implicitamente, que o negro era inferior ao branco.

Se as condições e as oportunidades eram as mesmas para todos e um determinado grupo não conseguia alcançar o mesmo resultado, seria porque ele era, de alguma forma, inferior. Na verdade, em momento algum, pensou-se na elaboração de políticas públicas de saúde, educação e trabalho, que incluíssem a população negra na sociedade. Uma sociedade que, à época da abolição, possuía um perfil eurocêntrico e estava acostumada ao trabalho livre.

Apesar de tudo, os negros e negras sempre encontraram espaços de resistência que, no entanto, foram pouco vistos pelos historiadores. Sentindo na pele o peso do preconceito, da discriminação e dos estereótipos negativos atribuídos a eles, os afrodescendentes foram construindo, ao longo da história, os caminhos que levaram o Brasil a reconhecer oficialmente a existência do racismo.

Foi sobrevivendo a toda sorte de preconceito e discriminação que as negras chegaram à situação em que se encontram atualmente: à margem das conquistas sociais como cidadãs em geral e como trabalhadoras, exercendo, salvo raras exceções, as profissões mais desvalorizadas socialmente, e recebendo os salários mais baixos.



No entanto, a partir do momento em que a sociedade atingiu certo grau de desenvolvimento, as mulheres começaram a lutar por seus direitos. Essa luta, que muitas vezes se dava de forma isolada, foi aos poucos se organizando de acordo com a evolução cultural e material de cada sociedade. Assim, tornou-se o modelo de feminismo que temos hoje.

Pode-se afirmar que, no início, o feminismo era um movimento elitista, pois, partia de mulheres ilustres, diante da condição de subalternidade em que as demais viviam. A mulher do povo não participava de tais manifestações, que eram fruto das grandes mudanças políticas da era industrial, as novas organizações de trabalho.

A Revolução Francesa de 1789 contou com a participação ativa das mulheres, tendo Marie Olympe de Gouges como uma das lideranças. Ela fundou clubes femininos e defendeu o direito à educação ao divórcio. Mas, com o tempo, percebeu que os ideais revolucionários de igualdade, liberdade e fraternidade eram aplicados a apenas alguns homens. Escreveu, então, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã que, em seu primeiro artigo, dizia o seguinte: “a mulher nasce livre e permanece igual ao homem em seus direitos”. Em 1792, a inglesa Mary Wollstonecraft escreveu um livro que se tornou um dos marcos da luta feminista, *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, no qual apontava a necessidade de as mulheres obterem seus direitos.

O movimento feminista que dava seus primeiros passos envolveu também a imprensa. Em 1852, saiu o primeiro jornal feminista brasileiro com o nome de *O Jornal das Senhoras*. Surgiram, a partir daí, outros jornais: *O Belo Sexo*, *O Sexo Feminino* e *O Echo das Damas*. Secitar Luíza Mahim, que participou das primeiras revoltas dos negros na Bahia; e Chiquundo Maria Amélia de Almeida Teles, o objetivo desses jornais era conscientizar as mulheres quanto à sua identidade e quanto a seu direito de acesso à educação.

No Brasil, o feminismo passou a ganhar destaque com a instalação do Ano Internacional da Mulher, em 1975. Surgiram, sob a liderança das mulheres, movimentos populares e democráticos como o de combate à carestia e a luta pela anistia, além dos jornais feministas *Brasil Mulher*, *Nós mulheres* e *Mulherio*. Retomaram-se as comemorações do Dia Internacional da Mulher, a 8 de março, paralisadas desde o golpe militar de 1964.

A intensa mobilização das mulheres no período de discussão que antecedeu a promulgação da Constituição Federal de 1988 não só demonstrou seu poder de



mobilização como também garantiu que seus direitos fossem garantidos. Pela primeira vez, 26 mulheres foram eleitas deputadas federais, sendo uma delas negra.

Foram reconhecidos como crimes o racismo e a violência doméstica. Além disso, as mulheres tiveram reconhecidos legalmente seus direitos individuais, familiares e sociais. A Campanha Mulheres sem Medo do Poder, lançada em 1996, criou pela primeira vez um movimento de candidatas a cargos do Legislativo no País.

No final do século XIX e início do século XX, surgiram de Norte a Sul do País diversos clubes recreativos fundados por negros. Mas eram os jornais que integravam os componentes desses grupos e a comunidade de afro-descendentes.

A partir da década de 1910, a imprensa negra se fortaleceu, principalmente, no Estado de São Paulo. Surgiram, então, vários jornais como O Bandeirante, O Menelick, A Princesa do Oeste, A União, O Alfinete, A Protetora, O Getulino e A Liberdade, entre outros.

No ano de 1920, era fundado o Centro Cívico Palmares. A princípio, com a finalidade de criar uma biblioteca somente para negros, acabou mudando seus objetivos e lutando diretamente contra preconceito racial. Promoveu uma forte campanha contra as regras da Guarda Civil que exigia, à época, a brancura da pele como requisito para o ingresso na corporação.

Motivado pelo dinamismo do Centro Cívico Palmares, surgiu, o que segundo Schumacher e Brazil, “foi o mais importante canal de comunicação negra do período”, O Clarim. Foi fundada também a Frente Negra Brasileira, o que, ainda segundo os autores, “foi o maior movimento político de massa da comunidade afro-descendente do País”.

A Frente Negra também passou a ter seu próprio veículo de comunicação denominado A Voz da Raça, que se posicionava contra a idéia de branqueamento do povo brasileiro, enaltecendo a negritude. Dessa forma, a população negra do País ia, aos poucos, articulando-se e contrapondo-se de forma mais organizada ao preconceito e à discriminação racial.

Nessa mesma época, eclodiram nos Estados Unidos os movimentos pelos direitos civis para os negros. Isso influenciou também os negros brasileiros, incentivando-os a fundar as várias organizações sociais em que suas famílias podiam conviver sem sofrer preconceito ou discriminação.

Ao se iniciar a redemocratização do País, os militantes negros participaram ativamente da recomposição de cenário político brasileiro. Em 1978, foi fundado o Movimento Negro Unificado (MNU). Essa entidade vem, desde então, dando enorme contribuição à



luta contra o racismo no Brasil. Uma delas foi a mobilização para o resgate da memória do líder negro Zumbi dos Palmares, que resultou na celebração do dia de sua morte como Dia Nacional da Consciência Negra, hoje feriado em alguns Estados e em dezenas de municípios.

Embora tenham conseguido se reorganizar após a ditadura militar, tanto o movimento negro como o feminista não consideravam as especificidades das mulheres negras, vítimas da dupla discriminação, racial e de gênero. Enquanto as feministas focavam suas ações atendendo às demandas das mulheres brancas, o movimento negro, ao incluir em seus discursos somente os problemas raciais, deixava de lado as questões de gênero, que também atingiam suas ativistas.

Percebe-se hoje que, graças principalmente à organização, luta e persistência dos movimentos sociais, muitas conquistas foram alcançadas, tanto pelas mulheres como pela população negra, principalmente após a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo e a Discriminação Racial, realizada em 2001, na cidade de Durban, na África do Sul.

O Brasil, que levou umas das maiores delegações estrangeiras a essa conferência, teve nos meses que a antecederam momentos ímpares de articulação e organização em torno da luta contra o racismo. Em 2003, pela primeira vez na história do País, o governo federal criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ambas com status de ministério, que constituem duas das maiores conquistas desses dois segmentos.

No entanto, apesar dos avanços, nos resultados de todas as pesquisas sociais, os negros e, sobretudo, as mulheres negras ocupam os piores lugares. Na área trabalhista é que são constatadas as maiores desigualdades. As pesquisas apontam também uma maior dificuldade de acesso das mulheres em geral a profissões de maior prestígio social e a cargos de chefia. E essa dificuldade é potencializada se a mulher é negra.

Sabe-se que são vários os fatores que influenciam e determinam as condições sócio-econômicas de um país e, conseqüentemente, de sua população. Mas essas interferências deveriam atingir a todos de maneira mais ou menos igualitária. Não é o que acontece no Brasil, pois, conforme se pode ver a seguir, os negros em geral e, principalmente, as mulheres negras, que juntos representam metade da população brasileira, ocupam os piores lugares quanto à qualidade de vida no País. Isso se deve, principalmente, aos diferentes papéis delegados a brancos e negros na construção da



história do País, que, associados ao componente de gênero, determinaram as enormes disparidades raciais e sexuais hoje existentes.

Segundo o censo realizado em 2000, pelo IBGE, o Brasil tem uma população de 160 milhões de habitantes, dos quais 53,4% são brancos, 39% são pardos, 6,1% pretos, 0,5% amarelos (de origem oriental) e 0,4% indígenas, conforme a autodeclaração dos informantes. Destaca-se que o censo brasileiro solicita às pessoas que se classifiquem dentro dessas cinco categorias.

Para fins estatísticos, devido à proximidade quanto aos indicadores sociais e econômicos entre os grupos pretos e pardos, pesquisadores como Nelson Valle Silva e Carlos Hasenbalg os consideram como um único grupo. Já de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2002, o Brasil possuía cerca de 171 milhões de habitantes, sendo que as mulheres negras – pretas e pardas – somam cerca de 45% do total da população feminina e 50% da população preta e parda.

São aproximadamente 40 milhões de mulheres cuja maioria vive em condições precárias com oportunidades de acesso desiguais em relação aos demais habitantes. Isso se expressa também nas condições de trabalho dessas mulheres, conforme demonstram as pesquisas a seguir.

A OIT lançou no mês de abril, em seu suplemento nacional, o Relatório Global sobre Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho, que mediu as condições de trabalhistas no mundo entre os anos de 1995 e 2005.

Segundo o documento, na última década, principalmente entre os anos 2003 e 2006 quando foram gerados no Brasil 4,6 milhões de empregos formais, houve aumento da ocupação e escolaridade das mulheres negras brasileiras. De acordo com o relatório, houve aumento de 40,8% na ocupação dessas mulheres e de 22,4 na das mulheres brancas, sendo que 17% dessas trabalhadoras, na maioria negras, trabalham como domésticas.

Outro trabalho feito pela Fundação Cultural Palmares, em abril de 2007, intitulado Onde está o negro na TV Pública, embora focado na questão racial, teve como objetivo analisar a diversidade étnico-cultural nos programas não-ficcionais exibidos pela emissoras de TV públicas. A opção metodológica aplicada foi gravar e decodificar a programação exibida das 7:30 às 24 horas, dos dias 8 a 15 de abril de 2007, pela TV Cultura (imagens geradas para a cidade de São Paulo), TVE Brasil (imagens geradas para a cidade do Rio de Janeiro) e pela TV Nacional/Sistema Radiobrás (imagens geradas para Brasília). Acreditou-se que, dessa forma, seria obtida uma síntese do que é



levado ao ar anualmente pelos canais. Foram escolhidos os canais de maior projeção da rede pública atualmente.

Do total da programação analisada, apenas 4,1% apresentaram programas como foco a cultura negra brasileira ou histórias pessoais e variadas de afro-descendentes. Em 13,9% da programação, foram feitas referências rápidas sobre aspectos variados relativos à cultura afro-brasileira. A TVE Brasil apresentou 71 convidados brancos, 13 afro-descendentes e um índio-descendente. Já na TV Nacional foram 95 brancos, 10 afro-descendentes e nenhum índio. O mesmo padrão foi apresentado na TV Cultura. Em todos os canais, os apresentadores deste tipo de programa eram brancos.

Infelizmente, esses dois trabalhos não pesquisaram a diversidade de gênero, reafirmando a necessidade de que todos aqueles e aquelas que se preocupam com a desigualdade racial levem em conta que pertencer ao sexo feminino potencializa a vulnerabilidade das mulheres negras, atingidas, com isso, pela dupla discriminação: racial e de gênero. Por tudo isso, o foco deste estudo é a jornalista negra.

4 MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

É importante destacar que o objetivo principal deste trabalho é comprovar, quantitativamente, a realidade da jornalista negra nos veículos de comunicação da Baixada Santista. No entanto, para uma maior compreensão da proposta, vários artigos e entrevistas com especialistas no assunto dão fundamentação e apoio ao estudo.

Isso se faz necessário principalmente pela novidade do tema e, portanto, pela falta de conhecimento que, em geral, as pessoas têm sobre o assunto. Equacionar todo esse conteúdo com uma apresentação de linguagem leve e colorida foi que levou o grupo, a optar por uma grande reportagem em formato de revista.

Conhecedoras da escassez de estudos sobre a realidade do segmento objeto da pesquisa, no caso a mulher negra, as estudantes entenderam que o resultado do trabalho pode contribuir para que venham a ser tomadas medidas no sentido de reverter a situação de desigualdade racial, social e de gênero em que vivem essas mulheres.

Foi usada como modelo a pesquisa feita pela revista *Imprensa* em 2001, que enviou correspondência para mais de cinco mil veículos de comunicação do País, pesquisando sobre a presença de jornalistas negros nas redações. Os resultados encontrados foram equivalentes aos encontrados pela pesquisa que faz parte deste trabalho.

No entanto, aquele trabalho não levou em conta as questões de gênero. A realização deste constituiu num grande desafio, devido à quase total falta de estudos sobre o tema,



como já foi citado, ao grande número de pessoas a serem entrevistadas, algumas residindo em outros Estados.

5 DESCRIÇÃO DO PRODUTO

5.1 Projeto Gráfico

O projeto gráfico da revista buscou dar leveza às reportagens, entrevistas e artigos usando uma família de fontes que proporcionasse a fácil leitura do conteúdo. Foram utilizadas fotos das entrevistadas tiradas em seus locais de trabalho. Esse cuidado deu-se para melhor associação com o foco central da reportagem que é a inserção das jornalistas negras nos meios de comunicação da região. Elementos gráficos também foram utilizados para compor o material. Nos artigos foram inseridas ilustrações que remetessem ao continente africano e, conseqüentemente, a raça negra. Entre eles podem-se observar máscaras africanas e vegetações típicas do continente. O projeto também misturou elementos gráficos inspirados nos modelos das revistas *Imprensa e Eparrei*, sendo que esta por ser a única que conhecemos que aborda temas voltados para as mulheres negras.

Imagens de mulheres negras relevantes para a história do Brasil também serviram para compor as páginas que continham arquivos. Entre as cores predominantes, foram utilizados o preto, o vermelho, o verde e o amarelo, cores que simbolizam à África, além do laranja e tons de terra. O rosa e o lilás, cores símbolos do movimento feminista foram também utilizadas.

O design da revista buscou utilizar elementos arrojados e modernos para proporcionar leveza ao volume de textos necessários para aprofundar o tema abordado. Os seguintes elementos foram escolhidos para compor a identidade visual da revista:

- Formato da Revista Dandara: 20 cm (largura) x 26,5 cm (altura)
- Papel: Capa e contracapa: couché, gramatura 170; Miolo: couché, gramatura 115
- Padrão de diagramação: Fontes utilizadas: Times New Roman e Família Tipográfica Castle T (Castle T / CastleT Bold/ Castle T Lig / Castle T Ult). Títulos: Times New Roman e família tipográfica Castle T com corpo entre 35 a 50 pontos. Linha fina: CastleT – Regular, com corpo 14; Corpo dos textos: Castle T Lig com corpo 12; Créditos e assinaturas: Castle T Lig, itálico com corpo 11; Olho: Castle T regular com corpo 13; Alinhamento: justificado à esquerda. Parágrafos: 4mm de recuo. Capitular: quatro linhas de preenchimento. Espaçamento entre linhas: 15 pontos



- Elementos de identidade visual: Logotipo: Desenho e fonte Type Upright Bt modificados no programa Photoshop. Matérias e Entrevistas caracterizadas com chapéu em elemento retangular preto com definições de 30 x 10mm com texto em fonte Castle Tlig, caixa alta, 12pts, laranja. Diagramação baseada em imagens, cores e elementos da cultura africana. Número de colunas: de uma a duas colunas variando com a extensão dos textos. Espaçamento entre colunas: 4,2 milímetros. Margens das páginas: 12,7 milímetros
- Capa, miolo e 4a. capa em policromia
- Ilustrações, texturas e imagens utilizadas: Disponíveis em: CULTURA/AFRICA. <http://www.sxc.hu>
- Orçamento: a revista foi apenas a forma escolhida para expor a grande reportagem que é o objetivo deste trabalho. Como não há intenção de veicular o material e o veículo de comunicação (revista) serve apenas para apresentação do estudo, o orçamento não fez parte do projeto gráfico.

5.2 Projeto Editorial

O nome da revista, Dandara, que significa a “mais bela” foi escolhido por ser como se chamava uma grande heroína brasileira que ainda não tem comprovada sua existência, pois historiadores ainda estão pesquisando a veracidade do que diz ao respeito dos fatos que envolvem sua participação. O que se tem conhecimento é que Dandara foi uma mulher negra, guerreira do Quilombo dos Palmares e esposa de Ganga Zumba, rei de Palmares antes de Zumbi. Junto com ele, ela lutava para livrar os negros das precárias condições de vida. Dandara suicidou-se no dia 6 de fevereiro de 1694, para não voltar à condição de escrava. Ela representa até hoje luta, liberdade e igualdade de todas as mulheres. A sonoridade da palavra ajudou na escolha do nome. A revista traz uma reportagem de capa com o resultado da pesquisa realizada nos principais veículos de comunicação da Baixada Santista. Abrindo a parte editorial da revista, um artigo discorre sobre a realidade da mulher negra em diversas áreas como saúde, educação e trabalho, por exemplo.

Numa longa entrevista de perguntas e respostas, a ministra Matilde Ribeiro, secretária especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, abre a lista de entrevistadas, especialistas no tema. A psicóloga Edna Roland, relatora oficial da II Conferência Mundial Contra o Racismo, a professora Mary Francisca do Careno, coordenadora do Núcleo de Estudos do Negro da Unaerp, Alzira Rufino, presidente da Casa de Cultura



da Mulher Negra de Santos, e Wilma Terezinha de Andrade, historiadora e professora da Universidade Católica da Santos (UniSantos), completam essa lista.

Foram entrevistadas também seis jornalistas negras de destaque na região, que, além relataram suas trajetórias, conquistas e dificuldades para se tornarem profissionais, falam de racismo, preconceito e discriminação racial. Vários textos intercalam as reportagens, proporcionando subsídios para que leitoras e eleitores possam melhor avaliar o resultado da pesquisa.

É importante destacar que todas as entrevistas foram feitas antes da conclusão do estudo, devido à demora na obtenção das respostas à pesquisa e às dificuldades de agenda das entrevistadas. Portanto, estas não conheciam o percentual de jornalistas negras atuando nos veículos de comunicação da Baixada.

Entre os textos de apoio, foram abordados: a origem do ser humano, as diferentes raças e os conceitos atuais. Outro texto fala da trajetória de homens e mulheres negros no Brasil, desde a captura na África, sua resistência nos quilombos até a abolição. A resistência através da educação e da religião é abordada em outro texto.

Os avanços conquistados pelo movimento negro e pelo movimento feminista são tratados em dois outros textos, para melhor compreensão da necessidade do estudo sobre a especificidade da situação da mulher negra na atualidade. Essa situação demonstra que essas conquistas não beneficiaram integralmente as mulheres negras. A pesquisa comprova que o fenômeno se repete nos meios jornalísticos na Baixada Santista, conforme previam as especialistas entrevistadas.

As jornalistas Denize Sierra, que trabalha na Record Litoral, Benalva da Silva Vitório, professora de jornalismo da UniSantos, Eliane Antunes, da Santa Cecília TV, Denise Lima, proprietária da empresa Oficina da Palavra que presta assessoria de imprensa, Kalinca Nascimento, da VTV, e Iris Cary, atualmente trabalhando na Radiobras, veículo de comunicação do Governo Federal, foram as profissionais negras entrevistadas.

Finalizando a revista, há um artigo-ensaio em que a aluna Vera Lucia Oscar Alves da Silva, assessora especial para assuntos raciais e de gênero da deputada estadual Maria Lúcia Prandi, faz uma análise do resultado da pesquisa. Como recurso para uma melhor visualização e divisão das matérias as estudantes optaram por inserir folders, capas e anúncios de revista que divulgam ações que visam promover igualdade racial.

Foram incluídos também o logotipo da revista e um slogan criado para ilustrar essa inserção “Assim se promove igualdade racial”.



6 CONSIDERAÇÕES

Ao concluir este trabalho, as estudantes reconhecem a necessidade de um aprofundamento no assunto. Mas sabem, também, que o primeiro passo foi dado, pois nunca havia sido feita uma pesquisa semelhante. Constatou-se que é muito baixo o número de jornalistas negras trabalhando nas redações locais, e com isso surgem outras questões: qual a causa desta exclusão? O baixo número de profissionais negras trabalhando na área é correspondente ao número das que se formam? Se a resposta é positiva, porque tão poucas mulheres se interessam pelo jornalismo? Sabe-se apenas que, nas redações da Baixada, a diversidade racial brasileira não está representada, assim como acontece em outras áreas profissionais de prestígio social ou formadoras de opinião, de acordo com estudos realizados.

Portanto, ao optarem por este tema, as estudantes buscaram dar subsídios para que o poder público e a sociedade possam elaborar políticas visando à representação da diversidade racial em todas as áreas profissionais.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas:

ALTMAN, Fábio (org.). A arte da entrevista. São Paulo: Scritta, 1995. 259p.

COIMBRA, Oswaldo. O texto da reportagem impressa. São Paulo: Ática, 2002. 237p.

COLLARO, Antônio Celso. Projeto gráfico: teoria e prática da diagramação. 5ªed. São Paulo: Summus, 2002. 182p.

FERREIRA, Carlos Rogê. Literatura e Jornalismo, práticas políticas. São Paulo: Edusp, 2003. 427p.

GOMES, Helena e LOUSADA, Silvio. Manual de estilo e redação. Santos: Centro Universitário Monte Serrat, 2003. 24p.

KOTSCHO, Ricardo. A prática da reportagem. São Paulo: Ática, 2001. 80p.

LAGE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica da entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001. 230p.

MARTINS, Eduardo (org.). Manual de redação e estilo. São Paulo: O Estado de S.Paulo, 1991. 352p.

PIEDRAHITA, Manuel. Jornalismo moderno – história, perspectivas e tendências rumo ao ano 2000. São Paulo: Editora Paralelo, 2000, 200p.



SILVA, Rafael Souza. Diagramação — o planejamento visual gráfico na comunicação impressa. São Paulo: Summus, 1985, 213p.

SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria Helena. Técnicas de codificação em jornalismo. São Paulo: Summus, 1986, 141p.

WILLIAMS, Robin; Design para Quem Não é Designer. 2ª Ed. São Paulo. Callis, 2005.191p.

AMABIS & MARTHO. Biologia das Populações. v.3. São Paulo: Moderna, 1994, 512p.

AVANCINI BRITO, Elias e FAVARETTO, José A. Biologia: Uma abordagem Evolutiva e Ecológica. São Paulo: Moderna, 1997, 387p.

CONCEIÇÃO, Fernando. Mídia e etnicidades. São Paulo: Livro Pronto, 2005, 241p.

DARCY RIBEIRO. O Brasil como Problema. 2ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

FLORENTINO, Manolo (org.). Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 417p.

JACQUARD, Albert. O homem e seus genes. São Paulo: Ática, 1997, 104p.

KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850): Companhia das Letras, 2000, 643p.

LOPES, Sonia. Bio. São Paulo: Saraiva, 2000, 560p.

OLIVEIRA, Iolanda (org.). Cor e magistério. Rio de Janeiro: Quartet, EdFF, 2006, 256p.

PINSKY, Jaime. A escravidão no Brasil. 7ª ed.. São Paulo: Contexto, 1988,78p.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 472p.

SANTOS, Hélio. Em busca de um caminho para o Brasil. São Paulo: Senac, 2001. 465p.

SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital. Mulheres Negras do Brasil. Rio de Janeiro: Senac e Redeh, 2007, 477p.

SILVA JR., Hédio. Mulheres e legislação contra o racismo. Rio de Janeiro: Cepia, 2001, 196p.

SILVA, Martiniano J. Racismo à brasileira: raízes históricas 3ª ed. São Paulo: 1995, 272p.



SOARES, Cecília C. Moreira. *Mulher Negra na Bahia no Século XIX*. Bahia: EDUNEB, 2007, 134p.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993, 179p.

_____. *História de luta das mulheres por seus direitos*, IBAP, 2000.

WALLACE, Bruce. *Biologia Social: Genética, evolução, raça, biologia das raças*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979, 216p.

Sites:

Entrevista com Edna Roland. <Disponível em:
http://www.universia.com.br/html/materia/materia_cigb.html - 42k
Acesso em 21/04/07>